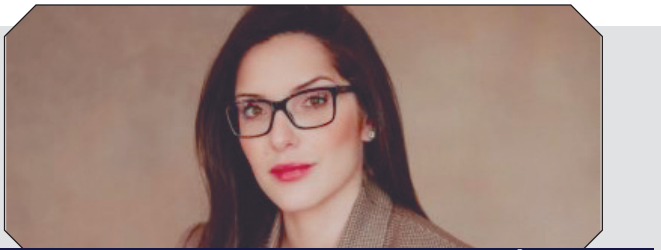


ENTREVISTA DA SEMANA

JANAÍNA RIVA - DEPUTADA ESTADUAL | PRÉ-CANDIDATA AO SENADO, JANAÍNA RIVA COMENTA CENÁRIO POLÍTICO E DEFENDE DIÁLOGO



PÁGINA 03

ARTIGO

Estamos nos desumanizando?

MAIS NA PÁGINA 2

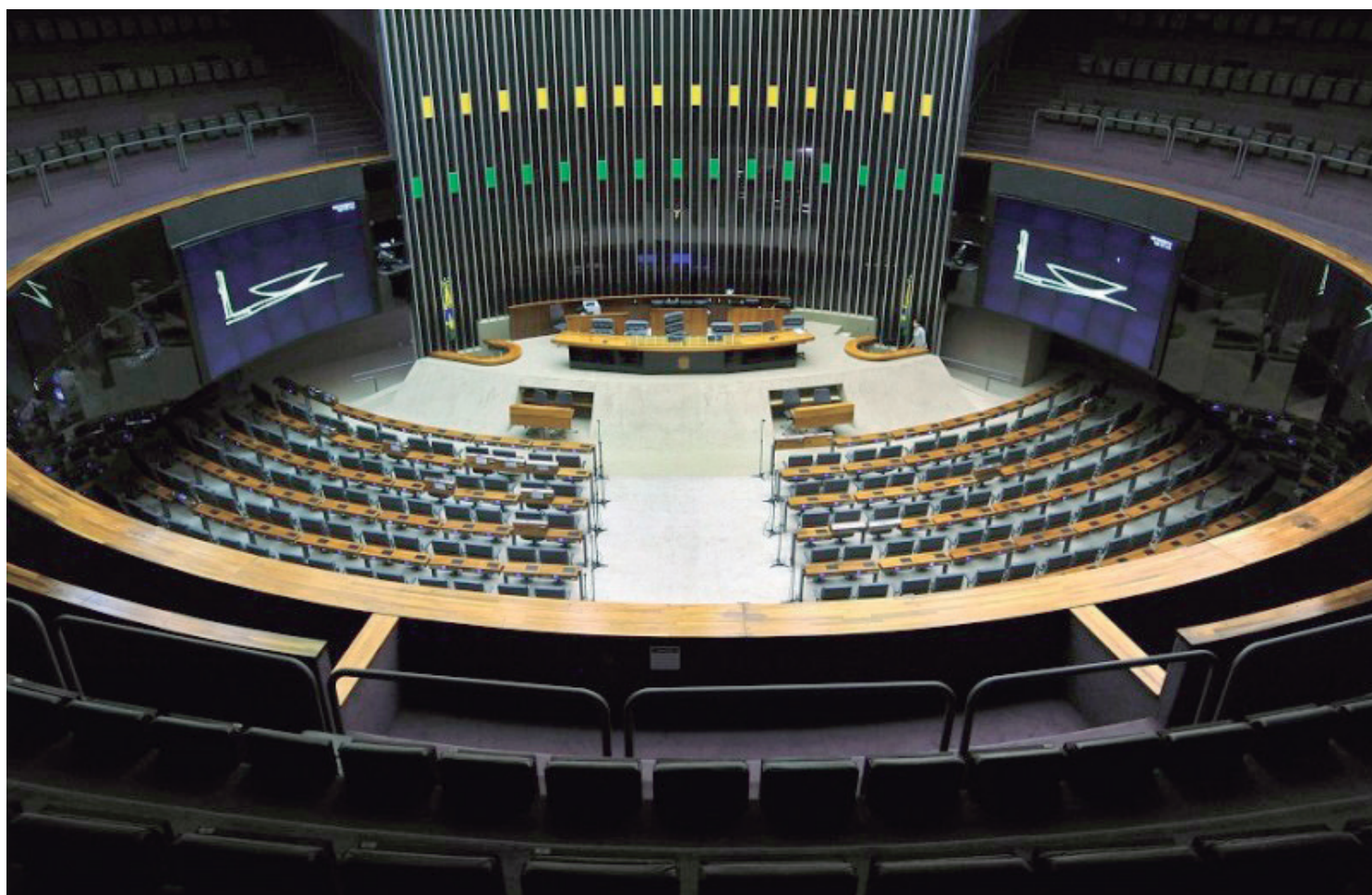


ELEIÇÃO 2026

Especialistas apontam cenário de mudança na representação de MT na Câmara Federal

Com possível ampliação de cadeiras, partidos intensificam articulações para 2026

À medida que as eleições gerais de 2026 se aproximam, cientistas políticos e analistas eleitorais avaliam que o cenário político para a bancada federal de Mato Grosso pode sofrer alterações importantes, influenciando o quadro de representação da população mato-grossense no Congresso Nacional. Um dos principais fatores que alimentam essa expectativa é a combinação entre o aumento da população do estado e a consequente discussão sobre o número de vagas na Câmara dos Deputados. Dados recentes do Censo Demográfico de 2022 apontam que o crescimento populacional de Mato Grosso tem sido significativo, fazendo com que o estado esteja tecnicamente elegível para ampliação de sua bancada federal nas próximas legislaturas, de oito para até dez cadeiras, embora esse ajuste ainda dependa de deliberações legais e decisões de instâncias superiores. **Pag. 05**



DIANTE DAS POLÊMICAS

Juca do Guaraná foi único presidente da Câmara sem operações policiais em 20 anos

A atual crise na Câmara de Cuiabá reforça a importância de gestões transparentes e sem envolvimento em investigações



A nova fase de investigações envolvendo a Câmara Municipal de Cuiabá reacendeu um debate antigo na capital: a recorrência de escândalos no comando do Legislativo e os impactos disso na credibilidade da instituição. No centro dessa discussão, a gestão do atual deputado estadual Juca do Guaraná (MDB), que presidiu a Casa entre 2021 e 2022, voltou a ser mencionada como um raro período sem registros de operações policiais ou questionamentos formais por parte dos órgãos de controle.

PÁGINA 04

IMPASSE TERRITORIAL

Transferência do Júlio Müller provoca debate sobre gestão e impacto no SUS

Mudança territorial levanta dúvidas sobre contratualização, regulação de vagas e estrutura administrativa

A redefinição dos limites territoriais na região do Morro de Santo Antônio colocou o novo Hospital Universitário Júlio Müller no centro de um embate político e administrativo em Mato Grosso. A mudança, formalizada por lei estadual, deslocou a área onde está localizada a unidade de Cuiabá para Santo Antônio de Leverger, provocando reação do Governo do Estado, da Prefeitura da Capital e da Assembleia Legislativa. **Pag. 07**

ASSÉDIO NA PREFEITURA

Prefeito nega articulação para barrar CPI e pede apuração responsável

Segundo Abilio, apuração deve seguir protocolos legais e evitar exposição pública da denunciante.



O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini, comentou nesta semana sobre o novo pedido de investigação referente a um suposto caso de assédio envolvendo membros da prefeitura. Respondendo que não tinha conhecimento prévio de documentos que motivassem a denúncia atual e afirmou ter tomado providências para que a Controladoria do município investigasse o caso. Segundo Brunini, a intenção é garantir que todos os fatos sejam apurados com rigor, assegurando que a vítima seja protegida e que a investigação siga critérios legais e éticos. Ele também destacou que a Polícia Civil deve acompanhar a apuração, garantindo que haja uma investigação formal e imparcial. **Pag. 4**



CRESCER 12%

Cuiabá concentra maior número de pessoas em situação de rua no Estado

Aumento expõe déficit de vagas em abrigos e pressiona rede de assistência, que atende mais do que consegue acolher

O número de pessoas vivendo em situação de rua em Mato Grosso chegou a 4.068 em dezembro de 2025, um crescimento de 12% em relação ao mesmo período de 2024, quando eram 3.603 registros. Os dados são do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, com base no Cadastro Único (CadÚnico), e revelam um cenário de agravamento da vulnerabilidade social no Estado, onde a demanda por acolhimento supera de forma significativa a capacidade das prefeituras.

PÁGINA 06

ARTIGO

Estamos nos desumanizando?

Tenho sido questionada com frequência sobre os recentes episódios de violência que vêm ganhando destaque no país. Tentativas de homicídio, crimes cometidos com extrema frieza, indiferença diante do sofrimento alheio. A pergunta que sempre me fazem é: o que está acontecendo com o ser humano?

A minha primeira reflexão... será que isso é novo? Na verdade, se viajarmos pela história, seja nos registros religiosos ou sociais, veremos que a violência sempre existiu. Assassinatos por poder, vingança, ambição ou orgulho fazem parte da trajetória humana há séculos. Mas há algo que me preocupa profundamente, que é a sensação de que estamos vivendo um processo de desumanização.

Quando digo desumanização, refiro-me à perda da capacidade de enxergar o outro como semelhante. Passamos a tratar pessoas como objetos, e o objeto

pode ser descartado, substituído, eliminado. Quando se perde o valor da vida, perde-se a base da convivência humana.

Outra questão importante é entender que atos extremos não nascem no momento em que acontecem, eles são construídos. Antes da ação, houve pensamento, antes do gesto violento, houve sentimento alimentado, muitas vezes por frustração, ressentimento ou falta de limites internos.

Nada acontece de forma totalmente impulsiva. O cérebro automatiza aquilo que já foi repetidamente pensado. A violência começa muito antes da agressão física, ela começa na maneira como lidamos com nossas emoções e com o outro.

Também observo uma preocupante normalização do absurdo. Casos graves passam a ser tratados como “mais um fato”. Parece haver uma anestesia coletiva, não sei se pelo excesso de informação, acesso às notícias ou aproximação por conta das redes sociais. Quando dei-



xamos de nos indignar, algo em nós também adoece.

E onde entram os valores nisso tudo? Eles são a base. A

infância é o período em que o caráter começa a ser moldado. Crianças se espelham no ambiente em que vivem. Se aprendem respeito, empatia e responsabilidade, essas referências tendem a acompanhá-las pela vida. Se aprendem indiferença, agressividade ou desvalorização do outro, isso também deixa marcas.

Eu acredito que todos nós carregamos dentro de nós potenciais distintos, para o cuidado ou para a destruição. O que ganha força é aquilo que alimentamos

“ A violência começa muito antes da agressão física, ela começa na maneira como lidamos com nossas emoções e com o outro.”

diariamente. Pensamentos, escolhas e atitudes constroem nossa conduta. Na verdade, não acredito

que esteja tudo perdido, mas acredito que precisamos assumir responsabilidade coletiva.

Precisamos retomar o valor da vida, fortalecer vínculos familiares, investir em educação emocional e, principalmente, vigiar nossas próprias atitudes, porque cada vez que deixamos de enxergar o outro como ser humano, damos um passo em direção à desumanização. E essa é uma escolha que, individualmente e como sociedade, não podemos continuar fazendo.

Qual a escolha que norteia a sua vida? Pense nisso, porque a resposta define o futuro de uma família, de um país e da comunidade.

Sonia Mazetto – Gestora de Potencial Humano, Terapeuta Integrativa, Fonoaudióloga e Palestrante

EDITORIAL

A importância da comunicação nas eleições

Em tempos de eleições, a comunicação deixa de ser apenas um instrumento auxiliar e passa a ocupar papel central no processo democrático. É por meio dela que ideias são apresentadas, propostas são confrontadas e a sociedade forma sua opinião sobre candidatos, partidos e projetos de poder. Uma comunicação clara, responsável e estratégica pode fortalecer a democracia; quando mal utilizada, pode gerar desinformação, polarização excessiva e descrédito nas instituições.

O eleitor moderno é bombardeado diariamente por informações vindas de múltiplas fontes: televisão, rádio, portais de notícias, redes sociais e aplicativos de mensagens. Nesse cenário, comunicar bem não significa apenas falar mais alto, mas falar com clareza, verdade e coerência. Candidatos que não compreendem essa dinâmica correm o risco de serem engolidos pelo ruído informacional ou de terem suas mensagens distorcidas.

A comunicação eleitoral eficiente deve ir além de slogans e promessas genéricas. Ela precisa dialogar com a realidade da população, apresentar propos-



tas viáveis e demonstrar preparo para governar. Quando feita com planejamento e ética, aproxima o candidato do eleitor, humaniza lideranças e cria vínculos de confiança — elemento essencial em qualquer processo eleitoral.

Por outro lado, o uso irresponsável da comunicação, especialmente por meio de fake news e ataques pessoais, compromete o debate público e empobrece a escolha do eleitor. A eleição deixa de ser um espaço

de discussão de ideias e passa a ser um campo de batalhas morais e emocionais, onde vence quem manipula melhor sentimentos como medo e indignação.

Cabe também à imprensa um papel fundamental nesse processo. O jornalismo profissional atua como mediador entre o poder político e a sociedade, filtrando informações, checando fatos e oferecendo ao eleitor conteúdo confiável para uma decisão consciente. Em um ambiente

digital cada vez mais veloz, essa função se torna ainda mais necessária.

Assim, a comunicação nas eleições não é apenas uma ferramenta de campanha, mas um pilar da democracia. Valorizar o diálogo, a transparência e a responsabilidade comunicacional é garantir que o voto do cidadão seja fruto da informação — e não da manipulação. Em última instância, comunicar bem é respeitar o eleitor e fortalecer o futuro político do país.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE
Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

EDITORIAÇÃO

Leonardo Arruda - Arte Finalista

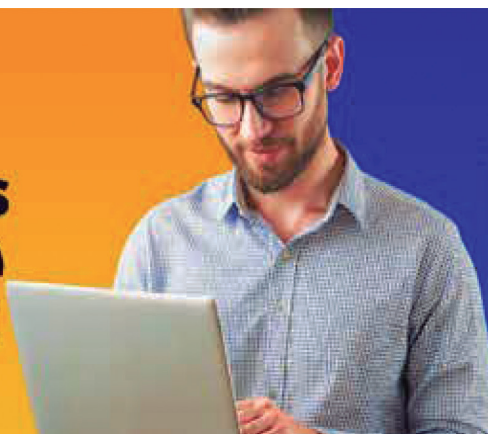
CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

28
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL.

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO EL DORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOSCENTRO OESTE
Popular 28
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

JANAÍNA RIVA - DEPUTADA ESTADUAL

PRÉ-CANDIDATA AO SENADO, JANAÍNA RIVA COMENTA CENÁRIO POLÍTICO E DEFENDE DIÁLOGO CONTRA POLARIZAÇÃO

Divulgação



Lucas Leite

COPopular - Deputada, recentemente houve muita repercussão sobre a entrada da vice-prefeita Coronel Vânia no MDB. Qual foi a negociação ou tratativa que levou a essa decisão?

Janaína Riva - Eu e Vânia conversamos muitas vezes sobre o enfrentamento à violência doméstica e fomos criando afinidade. Ela já coordenou a Patrulha Maria da Penha, tendo experiência nessa área.

Foi candidata a vice-prefeita junto com o Abílio, e eu estava em um projeto diferente, o do Botelho. Durante as eleições, nos encontramos algumas vezes de forma cordial. Sempre respeitei sua liderança, pois, além de atuar no combate à violência, é coronel da Polícia Militar e sempre exerceu o serviço público com dedicação.

No mandato de vice-prefeita, trabalhamos juntas nessas pautas e em outros temas. Naturalmente, Vânia foi se aproximando, e entendemos que ela deveria se filiar ao MDB para que pudéssemos atuar juntas, fortalecendo uma à outra e evitando que ela permanecesse sozinha diante de ataques e perseguições.

Acredito que ela encontrou no MDB um espaço onde se sente à vontade e livre para construir seu projeto sem imposições. Tomou a decisão por si só, sem qualquer pressão. Queria que ela entendesse, pelo respeito à sua autoridade feminina na política, qual seria o melhor caminho. Se decidisse estar junto comigo, melhor ainda. Foi assim que chegamos a essa decisão.

COPopular - Deputada, se a Coronel Vânia já tivesse sido filiada ao MDB no momento do episódio na CEMOB, que teve grande repercussão com o vídeo e a maca, a situação poderia ter sido diferente para ela? O partido teria oferecido algum tipo de apoio ou proteção?

Janaína Riva - Com certeza, teria sido diferente. Naquele período, ainda não estávamos tão próximas, mas o episódio acabou nos aproximando.

Usar uma maca para dizer que Vânia é fútil é absurdo. A maca faz parte do dia a dia das mulheres: quando nos maquiemos para entrevistas, eventos ou simplesmente para nos sentirmos bem, não há problema algum.

Por que demonizar isso em um espaço de descanso da vice-prefeita? Se não estava sendo usado durante o trabalho, qual a diferença do que ela fazia? Poderia ser uma cama e não haveria problema. O ponto não é a maca.

É para estigmatizar uma mulher e dizer que isso a torna fútil, que não trabalha ou não cumpre suas funções? Na presidência, temos banheiro e espelho para tomar banho, maquiagem e nos arrumar, é natural para qualquer mulher. Não há nada de errado nisso.

Naquele episódio, ela estava isolada e sozinha, e, na minha opinião, foi um ataque misógino. Talvez, com homens, não teria a mesma intensidade ou agressividade. Um homem usando a maca poderia ter justificativa médica, mas para uma mulher, foi tratado de forma completamente diferente.

COPopular - Deputada, sendo pré-candidata ao Senado, considerando que o MDB historicamente tem grande capacidade de articulação política, tanto à direita quanto à esquerda, como o partido pretende montar o palanque da sua campanha aqui em Mato Grosso após a oficialização da candidatura?

Janaína Riva - O MDB é um partido regionalizado. Cada estado tem uma vincu-

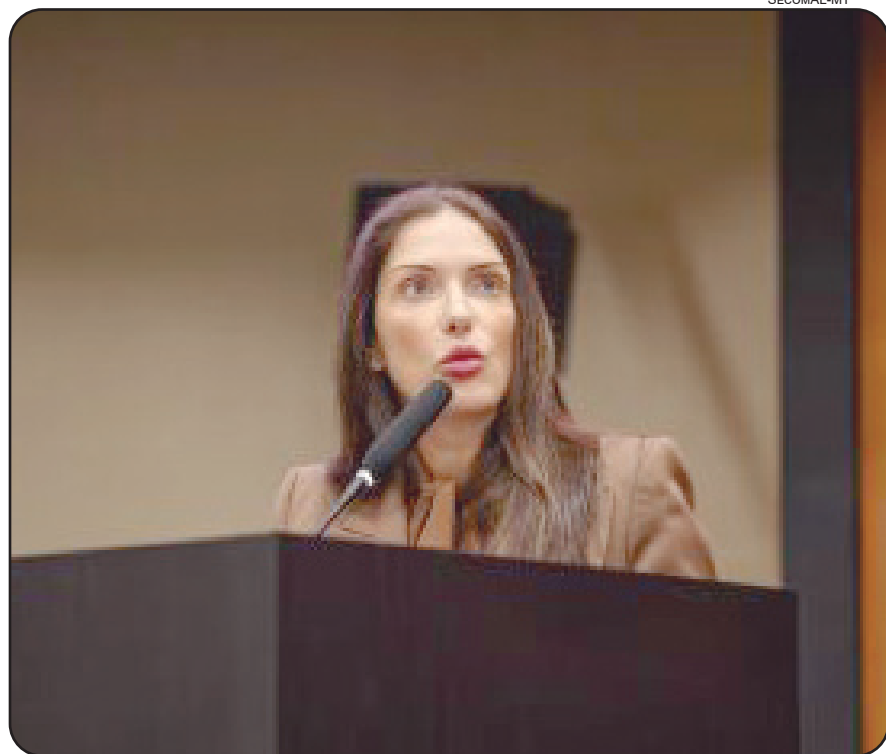
com a esquerda.

O partido mantém diretórios estaduais, que dão ao presidente estadual comando e poder decisório sobre suas alianças. Na eleição passada, apesar da candidatura da hoje ministra Simone Tebet, informei que caminharíamos com a direita. No Estado, havia alinhamento político e partidário com outros partidos, tornando mais confortável apoiar o presidente Bolsonaro, decisão que foi respeitada.

Agora, numa eleição em que tenho total liberdade para decidir, já deliberamos com os deputados, pois não posso decidir sozinha, senão o partido ficaria dividido, que o MDB em Mato Grosso deve caminhar com a direita. A principal candidatura da direita continua sendo a de Flávio Bolsonaro.

Essa tendência pode mudar, pois as convenções ainda definem detalhes, mas, até o momento, é uma decisão do diretório executivo estadual. Baleia Rossi, presidente nacional do MDB, deixou claro que, em São Paulo, o partido não apoiará o PT. A decisão é regionalizada: em alguns estados, o MDB pode apoiar Lula ou outra candidatura que não seja Flávio Bolsonaro ou Lula.

COPopular - Deputada, sabemos que a campanha de 2026 já começou e que é um



lação ideológica própria. Assim como muitos partidos no Nordeste, e até alguns nacionalmente considerados de direita, o MDB pode alinhar-se à esquerda em determinadas situações. Por exemplo, o presidente da Câmara Federal, do Republicanos, está alinhado

ambiente especialmente desafiador para mulheres, mães e filhas. A senhora, que já enfrentou situações de violência de gênero, poderia compartilhar sua experiência e falar sobre os desafios que outras mulheres podem esperar ao se lançarem como candidatas?

Em meio às movimentações que já desenharam o cenário eleitoral de 2026, a deputada estadual Janaína Riva (MDB) falou ao COPopular sobre articulações partidárias, alianças políticas e os desafios de atuar em um ambiente cada vez mais polarizado. Pré-candidata ao Senado, ela comentou a filiação da vice-prefeita de Cuiabá, Coronel Vânia, ao MDB, avaliou o episódio envolvendo a gestora na CEMOB e abordou o cenário de alianças no Estado.

A parlamentar também respondeu sobre o desafio lançado pelo prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, discutiu o posicionamento ideológico do partido em Mato Grosso e refletiu sobre os obstáculos enfrentados por mulheres na política, especialmente diante de episódios de violência de gênero.

Na entrevista, Janaína defendeu o diálogo como ferramenta para superar a polarização, reafirmou sua identidade política alinhada à direita e destacou a importância de coerência de trajetória, construção de resultados e fortalecimento da representatividade feminina nos espaços de poder. Entrevista concedida no programa Roda de Entrevista.

Janaína Riva - Conciliar trabalho e responsabilidades familiares é difícil para as mulheres, que ainda são mais cobradas pela ausência em casa e cuja presença em ambientes masculinos gera estranheza. Muitas situações antes vistas como normais, como assédio ou comentários pejorativos, hoje são crime. O afastamento do ministro Marco Busi é um exemplo de que ninguém é inatingível e de que a pauta feminina avança.

Mesmo com apoio em casa, há sempre um conflito: quando damos o melhor no trabalho, sentimos falta em casa, e vice-versa. Se é difícil para mim, imagino para mulheres mais vulneráveis, que dependem de transporte público e serviços públicos de saúde.

Nosso diferencial é a empatia: conseguimos nos colocar no lugar de outras mulheres e levar suas vozes adiante. Esquecer a pauta feminina seria ignorar nossa própria história e as lutas das que vieram antes.

COPopular - Deputada, esta semana repercutiu o episódio em que o prefeito Abílio Brunini a teria desafiado a deixar seu partido para comprovar sua posição à direita. Como a senhora avalia esse desafio?

Janaína Riva - Eu já sou mulher, não preciso provar nada a ninguém. Quem acredita em mim, me conhece ou me apoiou ao longo de três mandatos concluídos sabe que sou de palavra, corajosa e de personalidade forte. Pesquisas também confirmam que essas são qualidades que as pessoas associam ao meu trabalho.

Quem quiser conhecer meu histórico pode acessar minhas redes sociais e verá a trilha do meu trabalho, sem nunca ter abandonado minhas pautas. Nunca mudei de lado. Tive divergências pontuais, mas nunca desrespeitei minha própria biografia ou disse que tudo que defendi estava errado. Não mudo de palavra nem de posicionamento constantemente.

As pessoas sabem disso: fui a mais votada em duas eleições. Lembro que, na primeira, diziam que eu só tinha o que tenho por conta do pai, que não aguentaria outro

mandato, que era apenas um rostinho bonito. Mas mostrei meu valor nas urnas, enfrentei o desafio da reeleição e tenho convicção de que entreguei o meu melhor. Não preciso provar nada a ninguém.

COPopular - Deputada, a senhora afirmou que nunca mudou de opinião e nunca abandonou uma causa, mesmo tendo contato com diferentes grupos de eleitores, do agronegócio ao jovem progressista, passando por servidores públicos e conservadores, o que já lhe rendeu críticas. Nesse cenário político polarizado, como a senhora se enxerga e como definiria sua própria política?

Janaína Riva - A maioria da população não é radical, nem de um lado nem de outro. O problema é que o debate público tem sido dominado por discursos extremados, que pouco contribuem para a construção de

soluções. Nos últimos anos, avançamos pouco no que realmente importa, como a proteção às crianças e às mulheres. Aumentar penas, por exemplo, não resolveu o problema da criminalidade, que continua crescendo.

Falta diálogo no Congresso. Muitas vezes, há convergência para pautas de interesse próprio, mas não para temas que beneficiam diretamente a população.

O país vive insegurança, especialmente na área da segurança pública, e ainda assim o debate se perde em disputas ideológicas.

Defendo o diálogo. Ser mais posicionada à direita não significa deixar de ouvir pautas da esquerda ou do centro. É possível buscar equilíbrio e construir soluções intermediárias. Na Assembleia, houve momentos em que nem um lado nem outro prevaleceu integralmente, e isso permitiu avanços. Foi um período em que projetos do governo foram discutidos e modificados, demonstrando que o equilíbrio produz resultados.

A polarização alimenta os extremos, que muitas vezes falam apenas para suas bases, em vez de buscar soluções concretas. Durante meu mandato, priorizei resultados. Entrar em debates vazios, sem consequência prática, não contribui nem para Mato Grosso nem para o Brasil.

“Parlamentar fala sobre articulações partidárias em Mato Grosso, desafio lançado por Abílio Brunini e os desafios das mulheres na política”

ASSÉDIO NA PREFEITURA | LUCAS LEITE

Prefeito nega articulação para barrar CPI e pede apuração responsável

Segundo Abilio, apuração deve seguir protocolos legais e evitar exposição pública da denunciante

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini, comentou nesta semana sobre o novo pedido de investigação referente a um suposto caso de assédio envolvendo membros da prefeitura. Respondendo que não tinha conhecimento prévio de documentos que motivassem a denúncia atual e afirmou ter tomado providências para que a Controladoria do município investigasse o caso. Segundo Brunini, a intenção é garantir que todos os fatos sejam apurados com rigor, assegurando que a vítima seja protegida e que a investigação siga critérios legais e éticos. Ele também destacou que a Polícia Civil deve acompanhar a apuração, garantindo que haja uma investigação formal e imparcial.

“Eu fiquei surpreso com essa situação. Não conhecia esse documento, não conhecia essa situação. Encaminhei à Controladoria do município para que seja feita uma investigação, e acredito que a polícia também tomará medidas adequadas”, afirmou o prefeito. Brunini acrescentou que, diante da complexidade do caso, será importante ouvir todas as partes envolvidas para que as explicações sejam apresentadas formalmente.

Um dos pontos centrais da entrevista foi a preocupação do prefeito com a



“Eu fiquei surpreso com essa situação. Não conhecia esse documento, não conhecia essa situação. Encaminhei à Controladoria do município para que seja feita uma investigação”

exposição da vítima durante o processo de investigação. Explicou que, em situações de assédio, trazer a pessoa para audiências públicas ou realizar procedimentos que a coloquem em destaque pode agravar o sofrimento da vítima e prejudicar a apuração correta dos fatos. “Acredito que o grande projeto deve ser a proteção da mulher que sofreu violência. Trazer a pessoa para uma audiência em que ela se exponha não é um ambiente propício. Inclusive, a própria polícia preocupa-se com isso, porque isso pode piorar o

acolhimento em delegacias especializadas”, disse.

Brunini ressaltou que, embora haja pressão política por parte de alguns parlamentares para instaurar CPIs de forma imediata, a criação de uma Comissão Especial, proposta pela vereadora Mara, pode ser um instrumento válido para acompanhar as investigações sem expor indevidamente a vítima. Segundo ele, a comissão especial permitirá que o processo siga de forma estruturada, sob supervisão da Polícia Civil, mantendo o foco na apuração dos fatos e na segurança das pessoas

envolvidas.

O prefeito também abordou a atuação seletiva da Câmara Municipal em casos de investigação. Brunini citou a Operação Gorjeta, que apurou supostos desvios de emendas parlamentares e movimentações financeiras questionáveis envolvendo projetos esportivos em municípios vizinhos. Ele afirmou que, em situações anteriores, nem todos os casos receberam a mesma atenção dos vereadores e criticou a seletividade na escolha de assuntos a serem investigados. “Muitas denúncias de

irregularidades não recebem o mesmo empenho. A indignação parece seletiva, dependendo de quem está envolvido. A comissão especial será importante para acompanhar a Polícia Civil e garantir que a investigação seja feita de forma justa”, explicou.

Durante a entrevista, o prefeito enfatizou que seu foco principal é garantir a proteção das vítimas e evitar que elas sejam expostas a situações que possam causar revitimização. Ele ressaltou que a transparência e o rigor na investigação são fundamentais, mas que devem ser equilibrados com o cuidado necessário para preservar a integridade de quem sofreu violência. “O momento exige cautela e respeito à vítima, garantindo que a apuração seja feita corretamente e sem exposição desnecessária. A proteção da mulher deve ser prioridade em todos os procedimentos”, concluiu.

Abilio ainda falou sobre as discussões sobre a criação de CPIs e a importância de comissões especiais para acompanhamento das investigações. Ressaltando que essas medidas não substituem o trabalho da polícia, mas podem complementar a fiscalização do processo, desde que não coloquem em risco a integridade das vítimas. Ele mencionou

ainda que casos anteriores demonstram a necessidade de critérios claros e consistentes na escolha de quais denúncias devem ser investigadas, evitando seletividade e favorecimento político.

O prefeito demonstrou preocupação em equilibrar transparência, proteção às vítimas e cumprimento da lei, destacando que as medidas adotadas visam garantir que a investigação seja conduzida de forma imparcial, ética e responsável. Brunini também reafirmou que a administração municipal está comprometida em colaborar com a Polícia Civil e demais órgãos de fiscalização para esclarecer todos os fatos e assegurar que haja justiça no caso.

Com a proposta da comissão especial e o acompanhamento da polícia, a expectativa é que o caso seja investigado com rigor, evitando exposição desnecessária da vítima e garantindo que os envolvidos tenham oportunidade de apresentar suas versões. Brunini concluiu reforçando que seu papel é zelar pela legalidade, pela proteção das vítimas e pela condução adequada das investigações, respeitando todos os protocolos e garantindo que a Câmara Municipal e os órgãos responsáveis trabalhem de forma coordenada e transparente.

DIANTE DAS POLÊMICAS | LUCAS LEITE

Juca do Guaraná foi único presidente da Câmara sem operações policiais em 20 anos

A atual crise na Câmara de Cuiabá reforça a importância de gestões transparentes e sem envolvimento em investigações

A nova fase de investigações envolvendo a Câmara Municipal de Cuiabá reacendeu um debate antigo na capital: a recorrência de escândalos no comando do Legislativo e os impactos disso na credibilidade da instituição. No centro dessa discussão, a gestão do atual deputado estadual Juca do Guaraná (MDB), que presidiu a Casa entre 2021 e 2022, voltou a ser mencionada como um raro período sem registros de operações policiais ou questionamentos formais por parte dos órgãos de controle.

A lembrança ocorre em meio ao avanço da Operação Gorjeta, que resultou no afastamento judicial do vereador Chico 2000, presidente da Câmara no biênio 2023-2024. Ele se tornou alvo de três investigações em menos de um ano, ampliando a instabilidade política no Legislativo cuiabano e reforçando a sequência de episódios que, ao longo dos anos, comprometeram a imagem da instituição.

Diferentemente de seus antecessores e sucessores mais recentes, Juca encerrou o mandato à frente da presidência sem ser citado em inquéritos, ações judiciais ou operações policiais relacionadas à gestão administrativa da Casa. Além disso, as contas referentes ao período foram aprovadas integralmente pelo



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), sem apontamentos ou recomendações.

A Câmara de Cuiabá acumula, nas últimas duas décadas, uma trajetória marcada por investigações de grande repercussão. Ex-dirigentes enfrentaram denúncias envolvendo contratos públicos, licitações e aplicação de recursos, situações que resultaram em afastamentos, processos judiciais e, em alguns casos, condenações. Esse histórico contribuiu para consolidar uma percepção pública de fragilidade institucional.

A repetição de crises

criou um ambiente em que o cargo de presidente da Câmara passou a ser visto como politicamente vulnerável. O desgaste frequente atingiu não apenas os ocupantes da função, mas também a própria imagem do Parlamento municipal.

Quando assumiu o comando da Casa, em 2021, Juca do Guaraná encontrou esse cenário de desconfiança. À época, o desafio declarado era reorganizar procedimentos administrativos e fortalecer mecanismos internos de controle, com o objetivo de reduzir riscos jurídicos e recuperar a credibilidade insti-

tucional.

Durante o biênio, não houve deflagração de operações policiais relacionadas à presidência, tampouco abertura de investigações formais envolvendo a Mesa Diretora. Ao término do mandato, a análise técnica do Tribunal de Contas atestou regularidade na condução orçamentária e financeira, sem registrar ressalvas.

Para observadores da política local, o período destoou do padrão que vinha sendo registrado ao longo dos anos anteriores. Entre 2003 e 2020, praticamente todas as gestões da presidência enfrentaram

algum tipo de questionamento público ou investigação, o que tornou a estabilidade administrativa um fato incomum na história recente da instituição.

Após deixar a presidência da Câmara, Juca foi eleito deputado estadual, ampliando sua atuação no cenário político mato-grossense. Aliados apontam que a ausência de pendências jurídicas relacionadas à sua gestão municipal contribuiu para fortalecer sua imagem junto ao eleitorado.

Enquanto isso, a atual conjuntura reforça a pressão por mudanças estruturais no Legislativo cuiabano. A sucessão de investigações nos últimos anos ampliou a cobrança por mais transparência, revisão de contratos e fortalecimento de sistemas internos de fiscalização.

Especialistas em gestão pública avaliam que a consolidação de rotinas administrativas mais rígidas, aliada à supervisão constante de órgãos de controle, é fundamental para interromper ciclos de crise institucional. Em ambientes onde a governança não é reforçada de forma contínua, o risco de novos episódios aumenta.

O novo Hospital Universitário Júlio Müller, obras de infraestrutura e pautas estratégicas para a capital são alguns

temas que dependem de um Legislativo funcional e estável para avançar. Nesse contexto, a reputação da Câmara torna-se elemento central para a articulação política e a confiança da sociedade.

A lembrança da gestão 2021-2022 surge, portanto, mais como contraponto histórico do que como discurso político isolado. Em meio às turbulências recentes, o período é citado como exemplo de que é possível conduzir a presidência da Casa sem que o mandato seja encerrado sob investigação ou questionamento judicial.

A continuidade das apurações relacionadas à Operação Gorjeta deve manter o Legislativo sob os holofotes nos próximos meses. O desfecho dos processos poderá influenciar não apenas o cenário político imediato, mas também a percepção pública sobre a capacidade da instituição de superar ciclos recorrentes de crise.

Enquanto isso, a comparação entre diferentes gestões evidencia que a estabilidade administrativa não é regra, mas exceção no histórico recente da Câmara de Cuiabá. E é justamente essa condição excepcional que faz com que o biênio presidido por Juca do Guaraná volte a ser citado em meio a mais um capítulo de turbulência institucional.

ELEIÇÃO 2026

DA REDAÇÃO

Especialistas apontam cenário de mudança na representação de MT na Câmara Federal

Com possível ampliação de cadeiras, partidos intensificam articulações para 2026

À medida que as eleições gerais de 2026 se aproximam, cientistas políticos e analistas eleitorais avaliam que o cenário político para a bancada federal de Mato Grosso pode sofrer alterações importantes, influenciando o quadro de representação da população mato-grossense no Congresso Nacional.

Um dos principais fatores que alimentam essa expectativa é a combinação entre o aumento da população do estado e a consequente discussão sobre o número de vagas na Câmara dos Deputados. Dados recentes do Censo Demográfico de 2022 apontam que o crescimento populacional de Mato Grosso tem sido significativo, fazendo com que o estado esteja tecnicamente elegível para ampliação de sua bancada federal nas próximas legislaturas, de oito para até dez cadeiras, embora esse ajuste ainda dependa de deliberações legais e decisões de instâncias superiores.

No tabuleiro político local, a maioria dos atuais oito deputados federais já

confirmou intenção de buscar renovação de mandato, enquanto outros nomes estão articulando novas candidaturas ou migrações para outras posições, como o Senado. Essa dinâmica cria um ambiente de competição mais acirrado e potencial para renovação ou realocação de forças no Congresso.

Segundo analistas ouvidos por veículos especializados em política, esse contexto pode resultar em mudanças na composição da bancada mato-grossense, seja pela disputa mais competitiva entre nomes tradicionais e emergentes, seja pela possível redistribuição de vagas em função do crescimento demográfico do estado. Embora não haja um consenso absoluto entre todos os especialistas, muitos ressaltam que a renovação e o reposicionamento de lideranças têm forte probabilidade de alterar o cenário atual na Câmara Federal a partir de 2027, quando os parlamentares eleitos em 2026 assumirem seus mandatos.

Essa perspectiva tem



A maioria dos atuais oito deputados federais já confirmaram intenção de buscar um novo mandato nestas eleições

gerado atenção não apenas entre eleitores, mas também entre partidos e movimentos políticos, que intensificam campanhas e estratégias regionais para conquistar espaços no

Congresso. Para os cientistas políticos, tal mudança reforça o papel das eleições proporcionais na atualização da representatividade política e no reflexo das novas configurações

sociais e demográficas.

Com a disputa aberta e um eleitorado mais atento às questões locais e nacionais, a expectativa é que Mato Grosso experimente, em 2026, um ciclo de reno-

vação e reposicionamento de forças políticas na Câmara dos Deputados, potencialmente redefinindo as prioridades de representação da região no cenário federal.

ATENÇÃO! | REDAÇÃO

Temporais em Mato Grosso aumentam risco de enchentes; órgão reforça cuidados à população

Em caso de chuva forte, população deve evitar locais alagados, ficar longe de árvores e manter rotas de fuga definidas

Com a intensificação do período chuvoso em Mato Grosso, a Defesa Civil de Mato Grosso reforçou o alerta à população para a adoção de medidas preventivas diante do risco de temporais, alagamentos e deslizamentos. O órgão orienta que moradores redobrem a atenção, principalmente em áreas consideradas vulneráveis, como encostas, margens de rios e regiões com histórico de enchentes.

De acordo com a Defesa Civil, o volume elevado de chuvas em curto espaço de tempo pode provocar transtornos significativos, como transbordamento de córregos, queda de árvores, interrupção no fornecimento de energia elétrica e danos estruturais em residências. Em áreas urbanas, o acúmulo de lixo nas vias públicas também contribui para o entupimento de bueiros e galerias pluviais, agravando os pontos de alagamento.

Entre as recomendações do órgão estão a limpeza periódica de calhas e ralos, a verificação das condições do telhado e a manutenção de sistemas de escoamento da água da chuva. A população também deve evitar jogar lixo em terrenos baldios e vias públicas, prática que pode comprometer o sistema de drenagem urbana.

Em caso de chuva intensa acompanhada de ventos fortes, a orientação é buscar abrigo em local seguro, longe de árvores, postes e estruturas metálicas.



O órgão orienta que moradores redobrem a atenção, principalmente em áreas consideradas vulneráveis, como encostas, margens de rios e regiões com histórico de enchentes.

Motoristas devem evitar atravessar áreas alagadas, já que a força da água pode arrastar veículos, mesmo em trechos aparentemente rasos.

Moradores de áreas de risco devem ficar atentos a sinais como rachaduras em paredes, inclinação de árvores, estalos no solo e surgimento de fendas no terreno — indícios que podem anteceder deslizamentos. Ao perceber qualquer situação de perigo iminente, a recomendação é deixar o local imedia-

tamente e acionar os órgãos competentes.

A Defesa Civil de Mato Grosso mantém monitoramento contínuo das condições climáticas em parceria com instituições meteorológicas. Quando há previsão de eventos extremos, alertas são emitidos por meio de canais oficiais, incluindo redes sociais e mensagens via celular para moradores cadastrados no sistema de avisos.

O órgão também atua em

conjunto com prefeituras municipais para mapear áreas críticas e planejar ações preventivas, como limpeza de córregos e retirada de famílias em situação de risco, quando necessário.

Segundo a Defesa Civil, grande parte dos danos causados pelas chuvas pode ser minimizada com medidas simples de prevenção e planejamento. A colaboração da população é considerada essencial para reduzir impactos e evitar tragé-

dias.

Além dos cuidados estruturais nas residências, é importante que cada família tenha um plano de emergência, definindo rotas de saída e pontos de encontro em caso de necessidade de evacuação. Manter documentos pessoais e itens essenciais em local de fácil acesso também pode facilitar uma saída rápida e segura.

Em situações de risco ou emergência, a população pode acionar a Defesa Civil

pelo telefone 199. O Corpo de Bombeiros também pode ser chamado pelo 193 em casos de resgate ou ocorrências relacionadas a desastres naturais.

Com a previsão de continuidade das chuvas nas próximas semanas, a orientação é manter atenção redobrada e acompanhar as atualizações oficiais. A prevenção, reforça a Defesa Civil, é a principal aliada para proteger vidas e reduzir prejuízos durante o período chuvoso em Mato Grosso.

CRESCER 12% | ANA CAROLINA GUERRA

Cuiabá concentra maior número de pessoas em situação de rua no Estado

Aumento expõe déficit de vagas em abrigos e pressiona rede de assistência, que atende mais do que consegue acolher



GUILHERME SANTOS SULZ1

A disparidade entre o número de pessoas vivendo nas ruas e as vagas disponíveis em abrigos evidencia um gargalo estrutural na política de acolhimento em Mato Grosso

O número de pessoas vivendo em situação de rua em Mato Grosso chegou a 4.068 em dezembro de 2025, um crescimento de 12% em relação ao mesmo período de 2024, quando eram 3.603 registros. Os dados são do

Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, com base no Cadastro Único (CadÚnico), e revelam um cenário de agravamento da vulnerabilidade social no Estado, onde a demanda por aco-

lhimento supera de forma significativa a capacidade das prefeituras.

Esse contingente representa cerca de 0,11% da população mato-grossense, estimada em pouco mais de 3 milhões de habitantes pelo IBGE. A

capital concentra o maior número de registros, com 1.758 pessoas vivendo nas ruas, mas o fenômeno se espalha por outros polos econômicos e regionais. Além de Cuiabá, os maiores quantitativos estão em Rondonópolis, Cáceres e

Lucas do Rio Verde, o que evidencia que o problema deixou de ser restrito à região metropolitana e alcança diferentes realidades do Estado.

O levantamento aponta que a maioria dessa população vive de forma isolada: 94% estão sozinhos, enquanto apenas 6% permanecem com familiares. Um dado que chama atenção é o tempo de permanência nas ruas: 1.572 pessoas relataram estar nessa condição há cerca de seis meses, indicando um fluxo recente de novos vulneráveis. Entre os principais fatores associados ao desabrigo estão o alcoolismo e o uso de drogas (1.359 registros), o desemprego (1.333), os conflitos familiares (1.274) e a perda da moradia (751). O rompimento de vínculos aparece como um dos maiores obstáculos para a reinserção social: 1.517 pessoas afirmaram não manter qualquer contato com familiares fora da rua.

Na Baixada Cuiabana, a rede de assistência social opera sob forte pressão. Ao longo de 2025, Cuiabá e Várzea Grande somaram mais de 6 mil atendimentos a pessoas em situação de rua. Somente na capital, 5.010 pessoas distin-

tas passaram pelos serviços socioassistenciais entre janeiro e novembro. A capacidade de acolhimento, porém, não acompanha o crescimento da demanda. Cuiabá dispõe atualmente de apenas 250 vagas institucionais. Entre o fim de 2024 e 2025, foram registradas 10.410 solicitações de acolhimento, mas apenas 2.931 vagas foram efetivamente ocupadas, em razão do limite físico da rede. Em Várzea Grande, o cenário é ainda mais restritivo: o município conta com apenas 20 vagas rotativas para atender uma demanda de 1.186 usuários cadastrados no Centro POP no mesmo período.

A disparidade entre o número de pessoas vivendo nas ruas e as vagas disponíveis em abrigos evidencia um gargalo estrutural na política de acolhimento em Mato Grosso. Especialistas apontam que o avanço do problema exige a ampliação de abrigos permanentes, políticas integradas de habitação, saúde mental e geração de renda, além do fortalecimento da rede de proteção social, sob risco de o contingente de pessoas em situação de rua continuar crescendo nos próximos anos.

FORÇA-TAREFA | DA REDAÇÃO

Gestão Abilio transforma limpeza urbana em prioridade e muda realidade da capital

Com foco nos serviços básicos, gestão municipal aposta na eficiência para devolver organização e autoestima à população

Desde os primeiros dias da nova administração, a Prefeitura de Cuiabá tem colocado a limpeza urbana e a reorganização dos espaços públicos como prioridades. À frente do Executivo municipal, o prefeito Abilio Brunini iniciou uma série de ações emergenciais e estruturais com o objetivo de melhorar a aparência e a funcionalidade da capital mato-grossense.

A estratégia adotada pela gestão concentrou esforços, inicialmente, em mutirões de limpeza em regiões historicamente afetadas pelo acúmulo de lixo, mato alto e descarte irregular de resíduos. Equipes foram mobilizadas para atuar simultaneamente em diferentes bairros, priorizando áreas com maior número de reclamações registradas por moradores.

Praças públicas, canteiros centrais, áreas verdes e avenidas de grande fluxo passaram a receber manutenção mais frequente. A presença de maquinário pesado, caminhões e trabalhadores uniformizados tornou-se mais comum em diversos pontos da cidade. A mudança, segundo relatos de moradores, já é perceptível na rotina diária.

No bairro CPA, um dos mais populosos da capital, comerciantes afirmam que a limpeza recente trouxe impacto direto no movimento. "Fazia anos que não víamos uma ação desse porte por aqui. O visual melhora e isso acaba atraindo mais clientes", relatou um empresário da região. Para ele,

além da estética, a sensação de organização contribui para a segurança e para a valorização do comércio local.

Paralelamente aos mutirões, a administração municipal iniciou uma revisão na logística da coleta de resíduos sólidos. A reestruturação inclui análise de rotas, monitoramento da execução dos serviços e fiscalização de contratos vigentes. A meta é tornar o sistema mais eficiente e ampliar a cobertura, principalmente em bairros mais afastados da área central.

Interlocutores do Palácio Alencastro afirmam que a gestão pretende reduzir desperdícios e melhorar a aplicação dos recursos públicos destinados ao setor. A avaliação interna é de que ajustes operacionais podem gerar economia e, ao mesmo tempo, elevar a qualidade do serviço prestado à população.

A Prefeitura também tem reforçado campanhas educativas sobre descarte correto de lixo, tentando conscientizar a população quanto à importância de evitar o depósito irregular em terrenos baldios, margens de córregos e áreas públicas. O entendimento da administração é de que a solução para o problema exige não apenas ação do poder público, mas também colaboração da sociedade.

Outro eixo da estratégia adotada é a atuação integrada entre diferentes pastas da administração municipal. Secretarias como Obras, Meio Ambiente e Ordem Pública passaram a trabalhar de forma

coordenada para enfrentar o problema de maneira mais ampla.

Terrenos baldios identificados como focos de sujeira e proliferação de insetos estão sendo notificados, e proprietários podem ser responsabilizados caso não realizem a limpeza dentro do prazo estabelecido. A fiscalização também mira lixões clandestinos, que vêm sendo desativados em diferentes regiões da cidade.

A proposta é sair de um modelo predominantemente reativo, no qual o poder público atua apenas após denúncias, para uma abordagem preventiva, com mapeamento de áreas críticas e intervenções programadas. A intenção, segundo integrantes da gestão, é evitar que os mesmos pontos voltem a se transformar em locais de descarte irregular.

Moradores de diferentes bairros relatam que a mudança na limpeza urbana tem sido uma das ações mais visíveis da nova gestão. Em áreas que anteriormente acumulavam lixo por longos períodos, a presença de equipes de manutenção passou a ser mais frequente.

Para muitos, a melhoria no aspecto visual impacta diretamente a autoestima coletiva. Ruas limpas, praças cuidadas e iluminação adequada contribuem para o uso mais intenso dos espaços públicos, estimulando atividades ao ar livre e convivência comunitária.

Especialistas em gestão pública apontam que intervenções na limpeza urbana cos-



tam ter efeito imediato na percepção da população, por se tratarem de mudanças concretas e facilmente observáveis. Em um cenário de forte cobrança por resultados rápidos, priorizar serviços básicos pode ser uma estratégia eficiente para demonstrar capacidade administrativa.

Apesar dos avanços relatados, a Prefeitura reconhece que ainda há desafios significativos. Regiões periféricas continuam demandando atenção constante, especialmente durante o período chuvoso, quando o crescimento do mato se acelera e o volume de resíduos pode aumentar.

A manutenção das ações ao longo do tempo é outro ponto considerado crucial. Analistas avaliam que o sucesso da política de limpeza urbana dependerá da continuidade das medidas, da regularidade dos serviços e do acompanhamento

rigoroso dos contratos.

Além disso, o crescimento populacional e a expansão urbana de Cuiabá impõem novas demandas à administração. Garantir cobertura eficiente em bairros recém-formados ou mais distantes do centro exige planejamento logístico e investimento contínuo.

No cenário político, observadores apontam que a limpeza urbana tem se consolidado como uma das vitrines da gestão de Abilio Brunini. Ao apostar em ações de impacto imediato e visível, o prefeito busca responder a uma das principais queixas da população nos últimos anos: a sensação de abandono em determinados pontos da cidade.

A estratégia de começar pelo básico, ruas limpas, praças revitalizadas e coleta regular, é vista como uma forma de reconstruir a confiança da população no poder público

municipal. Em um ambiente de intensa fiscalização social, impulsionada pelas redes sociais, resultados concretos tendem a repercutir rapidamente.

Embora o balanço inicial seja considerado positivo por parte da população, a consolidação das melhorias dependerá da capacidade da gestão de manter o ritmo das ações e expandi-las para todas as regiões da capital.

Ao completar os primeiros meses de governo, a administração de Abilio Brunini aposta na continuidade das intervenções como forma de transformar a limpeza urbana em política permanente, e não apenas em ação pontual. O objetivo declarado é reposicionar Cuiabá como uma cidade mais organizada, funcional e acolhedora para seus moradores, deixando para trás a imagem de descaso que marcou períodos anteriores.

IMPASSE TERRITORIAL | ANA CAROLINA GUERRA

Transferência do Júlio Müller provoca debate sobre gestão e impacto no SUS

Mudança territorial levanta dúvidas sobre contratualização, regulação de vagas e estrutura administrativa

A redefinição dos limites territoriais na região do Morro de Santo Antônio colocou o novo Hospital Universitário Júlio Müller no centro de um embate político e administrativo em Mato Grosso.

A mudança, formalizada por lei estadual, deslocou a área onde está localizada a unidade de Cuiabá para Santo Antônio de Leverger, provocando reação do Governo do Estado, da Prefeitura da Capital e da Assembleia Legislativa.

O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, avaliou que a transferência do Hospital Universitário Júlio Müller para Santo Antônio de Leverger não apresenta coerência técnica, considerando que o município ainda não dispõe da estrutura necessária para administrar uma unidade de referência estadual. Segundo ele, a gestão do hospital exige capacidade técnica alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em relação à contratualização de serviços, regulação de vagas e pactuações institucionais.

Além disso, ressaltou que não questiona a competência da Prefeitura de Santo Antônio de Leverger, mas ponderou que há um trabalho robusto a ser desenvolvido dentro da lógica de organização do SUS. Destacou ainda que, atualmente, como município de gestão plena, Cuiabá é responsável pela contratualização com o Estado e que, nesse contexto, a mudança não demonstra coerência administrativa. Gilberto informou também que a Secretaria de Estado de Saúde (SES) foi consultada por um depu-



O secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, avaliou que a transferência do Hospital Universitário Júlio Müller para Santo Antônio de Leverger não apresenta coerência técnica

tado da Assembleia Legislativa e encaminhou parecer formal contrário à alteração territorial.

Gilberto ainda alertou que o possível ganho financeiro decorrente da produção hospitalar pode ser inferior ao custo adicional que o município vizinho terá para estruturar gestão plena

Diante da situação, o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), se posicionou contra a lei, de autoria do deputado Wilson Santos (PSD), que alterou o traçado territorial. Para o gestor, a medida é inconstitucional e pode gerar entraves administrativos capazes de atrasar a entrega da obra, prevista para este ano. O parlamentar defendeu que a Casa de Leis apresente um projeto revogando a norma e mantenha o hospi-

tal sob jurisdição cuiabana, evitando assim, novos prejuízos para a sociedade.

Em meio ao impasse, o presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), confirmou que se reuniu com Abílio, representantes do hospital e Wilson Santos para discutirem ajustes técnicos na delimitação. Segundo ele, o objetivo é corrigir a linha divisória com base em critérios técnicos e evitar conflitos futuros.

“Não concordo que dois bairros de Cuiabá sejam retirados da Capital. No mínimo, esses bairros têm que permanecer com Cuiabá. Quanto ao hospital, essa decisão precisa ser debatida pela maioria dos deputados dentro da Casa”, afirmou Russi.

O parlamentar expli-

cou que o traçado aprovado inicialmente pode não estar totalmente alinhado às referências técnicas indicadas por órgãos competentes, o que exige revisão para garantir segurança jurídica. Ele reforçou que a Assembleia não trabalhará em nenhuma proposta que traga prejuízo ao funcionamento do hospital ou à saúde pública.

“Jamais a Assembleia

vai aprovar algo que cause prejuízo a um hospital de referência como o Júlio Müller. O debate será feito de forma tranquila e vamos encontrar uma solução que não traga transtorno nem para Santo Antônio de Leverger para Cuiabá”, declarou.

Em relação ao andamento da obra, o presidente informou que a direção do hospital sinalizou intenção

de concluir os trabalhos até dezembro, com possibilidade de inauguração ainda este ano ou no início do próximo. Vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o novo Júlio Müller é considerado estratégico para ampliar o atendimento de média e alta complexidade e fortalecer a formação acadêmica na área da saúde.



PORTAS ABERTAS | DA REDAÇÃO

Comércio de Cuiabá funciona normalmente durante o Carnaval, informa CDL

Shoppings mantêm horário regular e decisão sobre abertura fica a critério dos lojistas

Mesmo sendo uma das festas mais tradicionais e populares do país, o Carnaval não altera oficialmente o funcionamento do comércio em Cuiabá. A Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL Cuiabá) informou que as lojas da capital mato-grossense poderão operar normalmente durante o período festivo, uma vez que a data não é considerada feriado nacional pela legislação brasileira.

A orientação da entidade empresarial busca esclarecer dúvidas recorrentes tanto de comerciantes quanto de consumidores, especialmente porque o Carnaval costuma gerar interpretações diferentes em diversas cidades do país. Em algumas localidades, leis municipais ou estaduais instituem feriado, mas este não é o caso de Cuiabá. Na capital de Mato Grosso, a regra geral é de funcionamento regular, cabendo a cada empresário decidir se manterá as portas abertas ou se adotará a prática tradicional de fechar na terça-feira de Carnaval.

De acordo com o presidente da CDL Cuiabá, Júnior Macagnam, a convenção coletiva de trabalho que rege as relações entre empregadores e empregados do comércio não classifica o Carnaval como feriado. Isso significa que, do ponto de vista jurídico e trabalhista, trata-se de um dia comum.

“Por tradição, muitas lojas costumam encerrar as atividades na terça-feira e retomar na manhã da Quarta-feira de Cinzas. Nos últimos anos, essa prática tem sido mantida por parte dos empresários, mas é importante reforçar que não há obrigatoriedade legal para o fechamento”, destacou o dirigente.

A fala do presidente reforça que o funcionamento durante o Carnaval é uma decisão estratégica de cada comerciante, que pode avaliar fatores como movimento esperado, perfil do público, localização do estabelecimento e planejamento interno. Para alguns segmentos, como supermercados, farmácias e lojas situadas em áreas de grande circulação, manter o atendimento pode represen-



Um dos pontos centrais destacados pela CDL Cuiabá diz respeito às implicações trabalhistas. Como o Carnaval não é feriado nacional, não há exigência de pagamento em dobro para os funcionários.

tar oportunidade de incremento nas vendas, especialmente de produtos relacionados às festividades.

Um dos pontos centrais destacados pela CDL Cuiabá diz respeito às implicações trabalhistas. Como o Carnaval não é feriado nacional, não há exigência de pagamento em dobro para os funcionários que trabalharem na terça-feira. O dia é considerado normal para fins de jornada e remuneração.

Essa distinção é relevante, pois em datas oficialmente reconhecidas como feriados, a legislação trabalhista determina regras específicas quanto ao pagamento ou à concessão de folgas compensatórias. No caso do Carnaval, porém, a ausência de enquadramento como feriado afasta essa obrigatoriedade.

“Não há necessidade de pagamento de horas em dobro, porque não se trata de feriado. É um dia normal de trabalho”, reforçou Júnior Macagnam.

Ainda assim, a CDL orien-

ta que os empresários estejam atentos à convenção coletiva vigente e a eventuais acordos individuais ou coletivos que possam prever condições específicas para o período. O diálogo entre empregadores e empregados é apontado como fundamental para evitar conflitos e garantir organização prévia das escalas de trabalho.

Enquanto o comércio tem liberdade para funcionar normalmente, o cenário é diferente na administração pública. A Prefeitura de Cuiabá decretou ponto facultativo nos órgãos municipais entre os dias 16 e 18 de fevereiro. Com isso, não haverá expediente regular nas repartições públicas da capital durante esse período.

A medida atinge principalmente os servidores públicos municipais. Entretanto, os serviços considerados essenciais continuam operando normalmente, a fim de garantir atendimento à população. Permanecem em funcionamento atividades como coleta de lixo,

fiscalização e orientação do trânsito, ações da Defesa Civil e serviços de saúde.

No âmbito estadual, o Poder Executivo também estabeleceu ponto facultativo por meio do Decreto nº 1.787/2025, publicado em dezembro do ano passado. O decreto prevê a suspensão do expediente nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro, com retorno das atividades a partir das 14h da Quarta-feira de Cinzas.

Assim como ocorre no município, serviços essenciais vinculados ao Estado seguem funcionando, assegurando a continuidade de atendimentos indispensáveis à população.

O período de Carnaval, mesmo não sendo feriado oficial em Cuiabá, costuma movimentar diferentes setores da economia. Além da venda de fantasias, adereços e bebidas, há aumento na procura por itens de vestuário, calçados e produtos de beleza. Restaurantes, bares e estabelecimentos de lazer também podem registrar cres-

cimento no fluxo de clientes, especialmente em regiões com programação cultural ou eventos privados.

Para o comércio varejista, a manutenção do funcionamento pode representar uma estratégia para aproveitar o aumento da circulação de pessoas, inclusive turistas que visitam a capital durante o período. A decisão de abrir ou fechar, contudo, leva em consideração o perfil do público consumidor e o histórico de vendas em anos anteriores.

Alguns lojistas optam por manter as portas abertas na segunda-feira e na terça-feira de Carnaval, mas com equipes reduzidas. Outros preferem fechar apenas na terça, retomando as atividades na Quarta-feira de Cinzas, geralmente a partir do meio-dia ou no horário habitual da manhã, dependendo da estratégia adotada.

A CDL Cuiabá ressalta que a autonomia do empresário é um princípio importante para o setor, permitindo flexibilidade

conforme as características de cada negócio.

Os shoppings centers da capital também devem operar sem alterações significativas durante o Carnaval. A previsão é de que os empreendimentos mantenham o horário padrão de funcionamento ao longo do período.

De segunda a sábado, as lojas devem abrir das 10h às 22h. Aos domingos, a praça de alimentação, áreas de lazer e cinema funcionam das 11h às 22h, enquanto as lojas operam das 14h às 20h. Na Quarta-feira de Cinzas, todos os centros comerciais retomam integralmente o horário normal.

Ainda assim, a recomendação é que os consumidores consultem previamente os canais oficiais de cada shopping, pois podem ocorrer ajustes específicos conforme a administração de cada empreendimento ou eventuais programações especiais.

Para a população, a principal orientação é se planejar. Como parte do comércio pode optar por fechar na terça-feira, é recomendável antecipar compras e verificar horários de funcionamento antes de se deslocar até determinado estabelecimento.

O mesmo cuidado vale para quem precisa de atendimento em órgãos públicos, já que o ponto facultativo suspende o expediente regular no período. Serviços essenciais, no entanto, seguem garantidos.

Ao esclarecer as regras e reforçar que o Carnaval não é feriado nacional, a CDL Cuiabá busca evitar desinformação e assegurar que empresários e trabalhadores estejam cientes de seus direitos e deveres. A entidade destaca que o período pode ser tanto de descanso quanto de oportunidade de negócios, dependendo da estratégia adotada por cada empreendimento.

Com isso, o Carnaval em Cuiabá deve combinar celebração e atividade econômica, mantendo o comércio ativo e oferecendo opções aos consumidores que permanecerem na cidade durante os dias de folia.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO | DA REDAÇÃO

Conselheiro do TCE reforça importância da transformação digital em reunião da Atricon

Reunião abordou reestruturação da Atricon, indicadores de desempenho e pesquisa de imagem dos tribunais junto à sociedade

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Alisson Alencar, participou da reunião de projetos promovida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O encontro reuniu representantes de tribunais de contas de todo o país e teve como objetivo promover alinhamento estratégico sobre iniciativas consideradas prioritárias para o Sistema Tribunais de Contas, com destaque para a transformação digital, disrupção tecnológica, educação, cultura e políticas de saúde e assistência social.

Durante a reunião, Alisson Alencar ressaltou a importância de um direcionamento claro para o uso da tecnologia no âmbito dos tribunais de contas. Ele é presidente da Comissão Permanente de Transformação Digital e Disrupção da Atricon, e destacou que o avanço acelerado da inteligência artificial (IA) e de outras ferramentas tecnológicas exige planejamento de longo prazo. Segundo o conselheiro, investimentos em tecnologia sem um objetivo definido podem gerar desperdício e falta

de uniformidade, especialmente quando se trata de administração pública.

“Precisamos buscar dar um norte para os Tribunais de Contas. O tema da Inteligência Artificial tem avançado de forma acelerada, muitas vezes com investimentos feitos sem um plano concreto de onde se quer chegar. Se isso acontece nos Tribunais de Contas, imagine nas prefeituras. A ideia é trabalhar um plano de longo prazo, definir onde queremos chegar com o uso da tecnologia e da transformação digital e, a partir disso, induzir os tribunais a seguirem um caminho único e uniforme, assim como a administração pública brasileira”, afirmou Alisson.

O encontro também discutiu o fortalecimento institucional do Sistema TCs e a recente reestruturação dos órgãos da Atricon. Entre os temas debatidos estavam o Instituto Rui Barbosa (IRB) e seus comitês técnicos, além de projetos estratégicos como o Marco de Medição de Desempenho e Impacto dos Tribunais de Contas (MMDI-TC), que visa aprimorar a avalia-

ção de desempenho e impacto das instituições de controle.

A reunião também serviu para alinhar o portfólio de programas, projetos e ações da Atricon, além de debater a pesquisa de avaliação da imagem dos tribunais de contas junto à sociedade. O objetivo é reforçar a contribuição efetiva dessas instituições para mudanças de longo prazo na vida dos cidadãos, com foco em responsabilização, fortalecimento da democracia, melhoria dos serviços públicos e incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Além da comissão de Transformação Digital e Disrupção, estiveram em pauta as comissões presididas pelos conselheiros do TCE-MT: a de Educação e Cultura, liderada pelo conselheiro Antonio Joaquim, e a de Saúde, Previdência e Assistência Social, comandada pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf. A atuação integrada entre essas áreas é vista como essencial para garantir que os projetos da Atricon avancem de forma coordenada e com impacto real.

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf destacou, por sua

vez, os desafios enfrentados na área de tecnologia da informação, especialmente em processos de licitação. Ele afirmou que, apesar do avanço tecnológico, ainda há fragilidades estruturais básicas que precisam ser enfrentadas para garantir eficiência e segurança nos sistemas utilizados pelos tribunais.

“É difícil quantificar isso, mas o básico ainda está desestruturado, e precisamos enfrentar esse desafio”, afirmou Maluf, ao apontar a necessidade de aperfeiçoamento em contratos, aquisição de sistemas e gestão de tecnologia.

O conselheiro Antonio Joaquim, que preside a Comissão de Educação e Cultura da Atricon, também participou do encontro e destacou o empenho de Alisson Alencar no fortalecimento institucional do Sistema Tribunais de Contas. Para ele, o envolvimento do conselheiro do TCE-MT demonstra responsabilidade institucional e compromisso com o desenvolvimento do sistema como um todo.

“Quero cumprimentar o conselheiro Alisson, que se dispôs a contribuir nacionalmente. Isso de-



monstra comprometimento com o sistema e responsabilidade institucional”, afirmou Antonio Joaquim.

A reunião da Atricon reforçou a tendência de maior integração entre tribunais de contas e a busca por padronização de processos e tecnologias. Em um cenário de avanços rápidos na área digital, o debate sobre transformação digital e disrupção tecnológica ganha ainda mais relevância, sobretudo quando se considera o papel dos tribunais de contas na fiscalização e controle dos recursos públicos.

O alinhamento estratégico discutido durante o encontro aponta para a necessidade de consolidar um caminho comum, com metas

claras e planejamento de longo prazo, para que o uso da tecnologia seja efetivo e traga resultados concretos para a sociedade. Ao mesmo tempo, o fortalecimento institucional e o aprimoramento de práticas em áreas como saúde, educação e assistência social reforçam a atuação dos tribunais de contas como agentes de fiscalização e de promoção de melhorias nos serviços públicos.

Com isso, a atuação do TCE-MT na Atricon, por meio de seus conselheiros, evidencia a intenção de participar de forma mais ativa na construção de um sistema mais moderno, eficiente e alinhado às demandas atuais da administração pública e da população.